

Cidades em aberto: sobreviventes numa metrópole de crises

Guilherme Rodrigues, Juliana Rodriguez, Laura Silveira, Milena Rangel, Mariana Andrade, Murilo Ferrari, Thiago Fonseca, Thiago Óscar, Clarissa Moreira



Imagem digital de Thiago Fonseca sobre pintura original de Tarsila do Amaral, *Operários*, 1933.

Vivemos por algumas décadas o que poderia ser chamado de “época de ouro” para uma geração nascida nos anos 90, que experienciou um grande esforço nacional de reparação histórica de várias ordens, chegando a acreditar que estava presenciando a realização do mítico sonho da democracia no Brasil. Há alguns anos atrás foi possível realmente sonhar com a construção de um país melhor e parecia que nós, jovens brasileiros, veríamos nosso país se destacar como expoente na solução de conflitos sociais. Era realmente o sonho da construção de um futuro onde quase todas as mazelas e problemas estruturais dos últimos 520 anos se findariam e viveríamos em uma nação socialmente mais justa. No entanto, este grande projeto de conciliação nacional e correção de erros pode ter existido até um certo ponto, funcionou relativamente, mas durou pouco e atualmente parece que tudo foi há muito tempo atrás.

Hoje, ao que parece, tudo se precipitou numa experiência distópica de país e cidade, com debates tenebrosos que nunca estariam no horizonte das discussões de outrora. O que era vislumbrado antes, visivelmente naufragou. Porém, ficar à deriva não pode ser uma opção. Para que o barco coletivo não submerja é preciso encontrar soluções, pôr novos planos em prática, trabalhar na direção de uma efetiva reestruturação socioeconômica e urbana. É insuficiente e inaceitável a tentativa de atrelar a recuperação

nacional à necessidade de demolição de instituições, da destruição das leis de proteção social e ambiental, à redução de investimentos em ciência, cultura, enfim de todo o arcabouço do mínimo bem estar social que o Brasil ainda dispunha, aliado ao vil abandono das políticas públicas e ao acirramento de problemas sociais dos quais o país está à mercê desde a sua fundação. Isso nos leva diretamente a um debate acerca da possibilidade, ainda hoje, da construção mais colaborativa e sensível de alternativas para que, em um futuro próximo, ainda possamos avançar na construção de um país mais justo e democrático.

Este processo em seu reatamento no campo de estudos urbanos têm a metrópole como *locus* crítico. De fato, o espelho da sociedade contemporânea ainda é a cidade, que permanece como um dos grandes feitos da humanidade, uma de suas principais expressões, com todos seus problemas e crises. No entanto, é importante destacar que, apesar dos sonhos do período anterior, a metrópole e seus problemas - desigualdade social, disputa de territórios, marginalização dos indivíduos, infraestrutura e saneamento precários - nunca foram levados realmente a sério no Brasil.

Grandes transformações culturais, além da conquista de espaço por movimentos históricos de resistência auxiliaram a nos precipitar neste momento de agonias profundas, com o retorno de movimentos fascistas e extremistas em geral. Foi a resposta de setores da sociedade a ideias que se propagaram no início da década passada, como a de uma revolução “afroameríndia, anticolonial, feminista, transexual” ou seja, uma reação violenta às utopias de uma sociedade em que finalmente se pudesse debater formas de construir novos caminhos, formas de vida e de trocas. Ideias progressistas e solidárias, como a de um mundo de todos e para todos, onde sejamos surpreendidos, como diz Krenak (2020), pela simplicidade do simples fato de estar vivo e da necessidade do cuidado, consigo, com os outros, e com o ambiente em que vivemos, seja na micro ou na macro escala.

Com o necessário isolamento social nos últimos meses, o cenário parecia perfeito para abdicar de frivolidades e vícios supérfluos e aproveitar um momento único onde uma sociedade altamente interconectada e mobilizada contra um perigo comum poderia pensar no período pós-pandemia em relação ao que se almeja para esse século que se inicia. Esse momento materializa uma grande e profunda ruptura nos modos de vida

vigentes aos quais estávamos acostumados e que parecem retornar com a grande força dos hábitos.

Muitos pensadores e ativistas hoje propõem repensar qual o tipo de evolução e desenvolvimento a que estamos nos propondo. No entanto, é importante observar ainda a serviço de quem nossos esforços serão postos, no campo social.

A cidade, diante dos cenários atuais sofrerá, inevitavelmente, reformulações visando acompanhar as novas demandas sociais desse mundo pós-pandêmico. Os investimentos e políticas públicas, por sua vez, nesse novo contexto, deveriam ser minuciosamente planejados e geridos de forma mais eficiente pelo poder público seguindo os novos conjuntos de diretrizes estabelecidos e propostos pelos planejadores e pensadores, junto com a comunidade de maneira mais horizontal e participativa. Mas o que vimos no Brasil, foi todo o contrário. O desinvestimento crônico e pungente do poder público brasileiro nas grandes e pequenas cidades, principalmente nas áreas básicas como saúde e educação, ganham matizes radicais hoje. O modelo desenvolvimentista de grandes obras geralmente construídas a partir de planejamentos falhos e que se mostraram ineficazes encontrou um amargo fim, e em seu lugar, parece que a destruição pura e simples das estruturas do país está em curso.

Temos hoje consciência da nossa dependência em muitos graus da vida na cidade e de toda rede de distribuição que a alimenta. A situação de pandemia trouxe luz ainda para a necessidade e importância do reconhecimento e defesa de programas como o Sistema Único de Saúde, que paradoxalmente têm sofrido cortes e ataques por parte de interesses em defesa da privatização da saúde, o que em última instância prejudica diretamente a camada mais vulnerável da sociedade, daqueles que ficam sem acesso às condições básicas de sobrevivência.

Em recente palestra¹ sobre a questão do direito à cidade na pandemia, Raquel Rolnik observou que os capítulos que estamos revivendo hoje recordam um episódio do século passado ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no famoso governo do Prefeito Pereira Passos, que promovia grandes demolições e remoção dos cortiços que abrigavam a população mais carente. Respalado por um discurso sanitarista, o Prefeito realizou uma reforma urbana após os surtos de febre amarela, peste bubônica, malária e

¹ Raquel Rolnik: Direito à cidade na pandemia. Live promovida pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da ESDI/UERJ. (<https://www.instagram.com/tv/CBOrGQnNE6z/>). Junho de 2020

tuberculose e removeu centenas de famílias pobres com o plano de saneamento e higienização da cidade. No entanto, estas pessoas não receberam moradia e fundaram uma das mais emblemáticas favelas do Rio de Janeiro, o Morro da Providência que, de fato, chamava-se Morro da Favella, de onde surgiu o termo hoje corrente na designação das comunidades auto-construídas.

Recordar este episódio fundador da realidade urbana carioca nos faz reafirmar o cuidado e a atenção que devemos ter atualmente com o reuso do mesmo argumento contra as classes populares hoje e assim, evitarmos um novo episódio de ataque da moradia popular e suas soluções, evitando mais ataques à população carioca que vive em favelas. Permanece, no entanto, necessário atuar na melhorias das condições desses territórios em termos de acesso à qualidade de habitação, aos serviços de saúde e as redes de infraestrutura e saneamento; sobretudo porque numa crise sanitária, como na atual pandemia, o saneamento é questão central. É urgente portanto que sejam pensadas soluções de caráter amplo e efetivo que atendam e assegurem a dignidade para todos. No entanto, nos acalorados debates pandêmicos sobre o futuro das cidades, pouco vemos o desejo de superação das desigualdades e injustiças sociais com respeito às construções populares e mais uma vez percebemos se colocar rapidamente o desejo de supressão da cidade popular e sua expressão.

Como pensar o futuro hoje, sem obrigatoriamente recair no exercício livremente especulativo das utopias passadas? Do futurismo crítico presente no imaginário dos anos 60 e 70, e que de alguma forma ainda subsistiu nos anos 80 e 90, como estilo, sobretudo à imagem mais futurista da cidade onde o “delivery” é feito com drones. Certamente não há uma crítica ao capitalismo e tampouco à precarização do trabalho e sim uma resposta paliativa a um modo de vida que encontra empecilhos na conjectura atual, essencialmente consumista, atomizada.

A estranheza de viver sem acesso à cidade com todo seu caos e sua atratividade e a consequente limitação das interações sociais (que em grande parte ocorrem na ocupação da cidade) hoje ainda reduzidas para muitos à internet e todos os problemas psico-sociais que vem surgindo daí poderão nos permitir realmente uma nova percepção sobre a necessidade da cidade e de suas interações?

As redes sociais, programas de reuniões virtuais e aplicativos variados são ferramentas que estão mantendo um tipo específico de contato entre pessoas. Esse tipo

de conexão via redes sociais, parece, no entanto, acentuar um processo de egotização e autoreferencialidade dos indivíduos, que reproduzem informações e uma espectralização da vida sem, de fato, ser ou constituir presença. Isso contribui portanto para a manutenção de polaridades e bolhas que não se comunicam entre si e assim não se constroem potências comunicativas que possam criar juntas uma esfera política efetivamente coletiva, com representatividade sobre o que é comum, quais as demandas públicas necessárias inclusive para a manutenção e fortalecimento da democracia, fortemente abalada nesses tempos.

Um caminho que se aponta no contexto latino-americano, brasileiro e carioca, começa pelo reconhecimento das injustiças sociais cometidas diariamente na prática da arquitetura e urbanismo, e, inversamente, pelo reconhecimento de potências e possibilidades de articulação e constituição de relações mais horizontais. É impossível falar em democracia e discutir política urbana hoje sem pensar sobre o reconhecimento, enfrentamento e combate ao racismo e às políticas de extermínio que acometem diariamente os corpos de todos os cidadãos em maior ou menor grau, a que a pandemia veio se unir apenas confirmando a tragédia da desigualdade social.

Pensar em infra-estrutura urbana nesse momento, portanto é revisitar formas estruturais de racismo e desigualdade social, na luta por uma ética do cuidado e da justiça que emana das ruas, casas, universidades e instituições políticas onde se discute essa realidade, buscando reconhecer a partir dos saberes locais e ancestrais onde se dá a resistência. A resistência/potência existente no presente é a semente de construção da utopia do futuro.

O atual momento pandêmico, ocasionado por um vírus pouco conhecido, refere-se, portanto, a um “estado de doença” mundial que pode ser interpretado a partir da ótica simbólica dos conhecimentos ancestrais vindos de matrizes afro brasileiras como na crença em uma divindade chamada Omulu, ou Obaluaiê, orixá da doença e da cura, sincretizado com São Roque, na Igreja Católica. Omulu, nos ensina que a doença mostra por si o valor da saúde e da vida, “Obaluaiê é a febre, a ferida, a alergia, porque para que haja empatia é preciso sentir no próprio corpo o que o outro sente ou pode sentir”, como afirma Sidnei Barreto Nogueira, doutor em semiótica pela USP, em recente entrevista (RODNEY, 2020).

Portanto, a doença pede que olhemos com respeito uns para os outros e para o ambiente em que vivemos e tem a potência de nos mostrar também a possibilidade de restauração, onde a partir das entranhas da morte e da doença ressurgem vida, como nos ciclos da natureza, onde tudo que morre renasce de outra forma. Essa é a hora de um auto reconhecimento forçado, e possivelmente por isso mesmo, de uma redescoberta da existência, sobretudo num momento em que a própria vida é ameaçada de forma mais explícita.

Talvez as maiores mudanças sejam pequenas e estejam relacionadas à apropriação de espaços, familiares e domésticos ou não, e a descoberta de si e do outro ausente por tanto tempo, na casa e na cidade, de acordo com as próprias necessidades que passavam despercebidas no cotidiano frenético. Dessa forma, temos a redescoberta do cuidado, que certamente passa pela dimensão do reconhecimento, da escuta e da relação consigo e com o mundo a sua volta.

A partir da alteração do ritmo cotidiano acabam ocorrendo uma série de reflexões sobre diversos aspectos da vida: a relação com os familiares, agora mais próximos, e com os amigos, agora mais distantes é revisada; a forma de trabalho - para aqueles ainda empregados - passa a ser à distância ou é limitada por vários fatores; o desafio referente à saúde mental frente ao constante bombardeamento de notícias e a solidão, são acentuadas, gerando assim uma percepção da emergência no contexto sócio-político atual, cuja crise parece propiciar, como em outras épocas da história, a ascensão vertiginosa e a naturalização do autoritarismo e do fascismo.

Há também um processo mais íntimo de encontro com a dimensão do espaço e da cidade. Quem não pintou ou desejou pintar umas duas paredes de casa durante esse isolamento? Ou não mudou móveis de lugar? Ou não pendurou uns quadros ou fotos que há tempos estavam deixados de lado por falta de tempo? Quem, dentro de casa, ansioso para sair, não imaginou a falta que faz um espaço público nas redondezas? E sobre como faz falta o contato com a natureza? E os muitos que finalmente se encontraram com o trabalho doméstico que já não podia ser terceirizado...Podemos dizer então, que a situação de crise que estamos passando, apesar de singular, não está separada de diversas outras crises precedentes, sejam elas de caráter social, político ou econômico, e que indicam pequenas e grandes mudanças nas formas de vida e prioridades.

As consequências desse atual contexto são sentidas por todos, mas não da mesma forma. A própria “quarentena” é um recurso possível apenas de ser seguido por uma parcela da população, pois apesar da recomendação das autoridades de saúde para que as pessoas fiquem em casa, com a situação financeira precária muitos brasileiros são impossibilitados de se proteger e precisam sair pra trabalhar, tendo que encarar transportes públicos lotados entre outras formas de exposição ao vírus para garantir muitas vezes o conforto e fruição de serviços de outras parcelas da população.

Talvez a principal crise seja uma “crise da presença”, uma crise da valorização da vida e dos encontros, de modo que o estado de emergência atual é também referente ao desencanto com a vida. A vida que aqui pode ser entendida portanto para além da condição biológica que nos encerra o corpo humano diante do fim de nossos mundos sob ameaça de um vírus e de desgovernos múltiplos. Estamos vivos ou apenas sobrevivendo? O que é isso a que nos referimos como vida? Fica a reflexão e como dissemos no início, ainda há tempo de não afundar e submergir completamente.

O futuro não está e nem nasce pronto, podemos ousar dizer que o futuro nem existe, para permitir que nos concentremos na reformulação do presente, e assim, o futuro é compreendido a partir de toda sua abertura e compartilhamento praticada no agora, nas práticas cotidianas, nas relações e na reconstrução de um mundo onde a economia e o “Estado” estejam a serviço (da) gente, (de) gente, da vida. As tragédias estão anunciadas, em curso, mas um novo porvir sempre será possível.

Não existe aqui portanto a ilusão ou os devaneios de utopias perdidas, pois sabemos que não existem soluções fáceis nem fórmulas mágicas para questões tão complexas e estruturais. Porém, algumas diretrizes nos parecem até muito simples e óbvias, apresentando caminhos e parâmetros que podemos usar para nos guiar na construção de novas perspectivas de mundo, que tem se destacado a partir de vozes como Achille Mbembe, Abdias do Nascimento, Conceição Evaristo, Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Renato Nogueira... não à toa, vozes dissidentes. O pacto pela vida, que tem sido tão falado atualmente, depende de encontrar e construir caminhos e saídas coletivos, que escapem das dicotomias, binarismos e que superem a impossibilidade do diálogo e as distâncias, físicas ou não.

Bibliografia

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

RODNEY. “É a doença que nos ensina que saúde é um bem precioso” in Carta Capital. Maio 2020. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/e-a-doenca-que-nos-ensina-que-saude-e-um-bem-precioso/>